



TVs universitárias no Brasil: o retrato do campo público¹

Carine Felkl PREVEDELLO²

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Integrantes do campo público de emissoras de televisão no Brasil, as TVs universitárias ligadas a instituições federais, estaduais ou regionais constituem, pela desvinculação comercial e pela associação com o interesse público, um espaço para a produção e circulação de conteúdo para a pluralidade audiovisual e democratização da Comunicação no país. Entre as 84 universidades públicas no Brasil, 46 possuem um núcleo de produção audiovisual, o que confirma a potencialidade e o crescimento do setor, desde a criação da lei da TV a cabo, em 1995. As diferenciações de estrutura, financiamento e finalidades determinam a organização dessas TVs em três modelos: detentoras de canal próprio, web-tv e produtoras periféricas.

Palavras-chave

TVs universitárias; TV pública; democratização.

TVs universitárias público-estatais como espaço de democratização

O debate da democratização da Comunicação no Brasil tem raízes anteriores à elaboração da Constituição Federal de 1988, alcançando maior força em torno dos anos 1990, quando a criação da Lei da TV a Cabo (BRASIL, 1995) é considerada uma das principais conquistas dos movimentos sociais. De forma ainda mais ampla e concreta, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que institui a TV Brasil em 2008, é um marco nesta trajetória de busca pelo avanço da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal no país. Entretanto, Bolaño (2003) reconhece em um período histórico anterior, na elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, “a culminância de um complexo processo de lutas e negociações que remontam

¹Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares, do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

² Doutora em Comunicação pela Unisinos (RS), diretora de Programação da TV Campus (UFSM), em convênio com UFRGS TV. Professora substituta na Fabico/UFRGS. carineprev@gmail.com



aos embates que, como em todo o mundo, separam os defensores de uma função eminentemente educativa e cultural, de um lado, ou comercial, de outro” (BOLAÑO, 2003, p.32).

A abertura da exploração do espectro audiovisual brasileiro ao interesse público sempre encontrou resistências em um conjunto de forças estrategicamente entrelaçadas com o poder econômico ligado às empresas de telecomunicação e os espaços de decisão política, também relacionados aos controladores de concessões de radiodifusão no país. Esse contexto produziu efeitos sobre a dificuldade de consolidação das pautas dos movimentos de democratização audiovisual, bem como sobre o fortalecimento de instituições que agreguem apoio social a essas causas.

A atuação dos movimentos sociais conduziu negociações para a delimitação do espaço público na legislação que institui as normas para a televisão a cabo, e para a determinação das faixas etárias classificativas na programação televisiva. Mas a mobilização em torno da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, gestada durante toda a década, acabou por prejudicar a inserção dos movimentos de luta pela democratização na estruturação do modelo de televisão digital brasileira, em implantação em todos o país há pelo menos dez anos. A ausência de pressão maior da sociedade civil é apontada por Bolaño e Brittos (2007) como uma das razões para a desistência do governo federal em instituir um padrão tecnológico próprio, e mesmo em avaliar adequadamente as perspectivas dos outros modelos oferecidos.

Independentemente das consequências, que podem ter dificultado a inserção da sociedade civil no debate da implantação da TV digital no Brasil, o resultado da Confecom referenda uma série de princípios legitimadores do conceito de democratização da Comunicação, estabelecidos desde o Relatório McBride (1983), e ampliados no Brasil pelo Programa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC (1994). Pode-se apontar como princípios comuns a estes três documentos a defesa dos seguintes pontos: a) reestruturação do mercado de Comunicação, eliminando os monopólios e excessivas concentrações de propriedade, e favorecendo a pluralidade de fontes e canais de informação; b) respeito à identidade cultural de cada povo, com estímulos à autonomia intelectual e a capacitação dos



cidadãos para produção de conteúdo regional; c) controle público sobre o conteúdo distribuído pelos meios de comunicação.

Considerando esta relação de princípios comuns às entidades de defesa da democratização audiovisual no Brasil, entende-se que o campo de emissoras de televisão público-estatais deve ser compreendido como espaço de afirmação do caráter de diversidade da programação audiovisual brasileira, assegurando pluralidade, produção de conteúdo regional e dissociação de finalidade comercial, além de representar a efetividade da atuação do sistema público de Comunicação no país. A terminologia publico-estatais será compreendida na perspectiva que considera a complexidade do conceito de público, atrelado também ao sistema de controle, administração e fiscalização - situação não verificada nos núcleos ligados as universidades -, mas reivindica, ao mesmo tempo, a associação ao interesse público e a oposição ao padrão mercantil hegemônico, como uma dimensão das estruturas estatais.

Os diferentes modelos de transmissão e produção

Desde o surgimento e consolidação dos primeiros canais universitários, foram constituídos diferentes modelos editoriais e estruturais nas televisões das instituições de ensino superior (IES). A começar pela caracterização de inserção em universidades públicas ou privadas, o que opõe, de um lado, um modelo teoricamente detentor de maior autonomia na estruturação de um perfil editorial independente, por haver menor interferência de pressão comercial, a outro mais identificado com a auto-promoção que objetiva retorno financeiro ou institucional.

Essa é uma oposição que se pode definir entre prioridade pela prestação de serviço de utilidade pública, através de programação identificada com a ciência, cidadania e valores locais; e prioridade pelo interesse privado, no caso das que buscam referendar-se estrategicamente no mercado do ensino superior, através de uma programação que trabalhe valores de marketing institucional e fortalecimento das ações da entidade junto à comunidade. O que não quer dizer, contudo, que ambas as matizes caracterizadoras de um modelo majoritário (o que associa interesse público às universidades públicas, e interesse privado nas universidades particulares) não possam ser verificadas no modelo oposto. Um exemplo disso é uma universidade pública que



faça a opção de centrar seu modelo editorial de televisão universitária em auto-promoção dos dirigentes, numa clara estratégia de uso político do veículo que deveria servir à instituição em sua totalidade e à comunidade em que está inserida.

No caso do primeiro modelo (independente), ainda é possível traçar distinções entre perfis editoriais, que oscilam entre as televisões essencialmente institucionais, que priorizam o trabalho de assessoria de comunicação, divulgando de uma forma abrangente as atividades universitárias e utilizando-se, para isso, de servidores do quadro da instituição; as televisões-laboratório, que ancoram os programas nos resultados de disciplinas desenvolvidas pelos Cursos de Comunicação; e ainda um modelo híbrido, que mescla essas duas situações, sem identificar-se fortemente com uma ou outra.

É evidente que, ao se falar em modelo editorial independente, o objetivo é descrever uma relação de um órgão autônomo dentro de uma instituição pública, administrado por funcionários de carreira, que possuem condições de traçar diretrizes e dirigir o núcleo de acordo com finalidades específicas e adaptadas ao caráter de uma televisão, o que não significa, entretanto, que essas relações estejam imunes à interferência política e, portanto, a alterações editoriais resultantes de mudanças de administração nas universidades.

Avaliando-se as tipificações encontradas em pesquisa empírica sobre as televisões universitárias em atividade nas instituições estatais brasileiras (PREVEDELLO, 2012), considerando essencialmente os sistemas de transmissão e produção, é possível agrupar os modelos estruturais em três grupos predominantes:

a) TVs detentoras de canal próprio aberto ou por assinatura, subdivido em:

a.1) programação unificada e transmissão em sinal aberto: modelo existente nos casos onde a emissora obteve a concessão como televisão educativa, também encontrado para emissoras de instituições privadas (caso da Ulbra TV, em Porto Alegre). É caracterizado pelo gerenciamento unificado da grade de programação, por não haver compartilhamento com outras instituições, ou – em casos atípicos, como a UFG, recém fundada e sem capacidade de estruturação de grade própria – pela ancoragem de canal público de abrangência nacional (TV Brasil). Pode ser considerado o modelo ideal de transmissão a ser atingido, por possibilitar abrangência de audiência em televisão



aberta, que consiste no objetivo das negociações políticas de muitas das emissoras vinculadas aos canais por assinatura.

a.2) programação compartilhada e transmissão paga: ocorre maciçamente através das operadoras de TV a cabo em todo o Brasil, com uma distinção ainda de exibição operacional desvinculada (envio da programação editada e gravada para ser veiculada em intervalos específicos) e exibição operacional conjugada (quando as próprias emissoras universitárias possuem autonomia de transmissão, sistema de programação independente e apenas emitem sinal à operadora). É caracterizado como um Canal Universitário compartilhado por diversas instituições de ensino superior atuantes no setor audiovisual na área de abrangência da operadora de TV paga. Apesar de não consistir em autonomia da totalidade da grade, todas as IES são consideradas detentoras do canal, por assim estarem amparadas através da Lei 8977.

b) WebTV, modelo subdividido em:

b.1) retransmissoras da programação linear: emissoras que possuem sítios na internet com janela para exibição ao vivo da mesma programação transmitida pela televisão aberta ou por assinatura.

b.2) compiladoras de vídeos selecionados: sítios estruturados especificamente para postagem de vídeos selecionados ou eventuais, não constituindo grade de programação.

b.3) canal exclusivo via web: instituições que estruturam portal para transmissão de produção audiovisual exclusivamente via internet, através de inserções ao vivo, programação linear ou esporádica.

c) Produtoras periféricas: modelo característico de instituições que mantêm um núcleo de produção audiovisual, entretanto com rendimento limitado. São produtoras periféricas em comparação às TVs detentoras de canal próprio, por oferecerem programas eventuais a canais alheios, que não mantêm vinculação direta com a universidade, e que veiculam esses programas inseridos em uma grade gerenciada por emissora independente da instituição de ensino. Por definição, não são consideradas emissoras de televisão.

Em pelo menos 27% das TVs vinculadas à Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), há o modelo híbrido de transmissão simultânea pelas televisões



aberta e a cabo. São os casos de TVs que obtiveram concessão de canal educativo e, com a Lei 8977, puderam também oferecer a programação no sistema por assinatura, por se enquadrarem nos critérios dos canais de acesso público. Além dessas situações, a mais comum entre as televisões universitárias é a exibição por cabodifusão junto a um *link* associado às páginas das universidades, em que são armazenados vídeos de reportagens ou coberturas especiais.

No estudo aqui apresentado, percebe-se um percentual bastante reduzido (18,1%) das emissoras público-estatais operando através do modelo híbrido. Aquelas que transmitem apenas pela internet representam 27,2%, enquanto as que transmitem exclusivamente pelo sistema fechado (TV por assinatura) representam mais da metade da amostra (54,5%), comprovando a relevância da criação da Lei da TV a cabo para a expansão das televisões universitárias no país.

TVs universitárias público-estatais no Brasil

Associa-se a característica de interesse público tanto a universidades federais, estaduais ou regionais, por se tratarem ambas de instituições com financiamento público e finalidades de inserção social através de serviços de ensino, pesquisa e extensão, sem fins comerciais. Foram inicialmente identificadas as universidades estaduais, federais e regionais sob administração pública (estatal) sediadas em municípios que não se constituem em capitais, delimitadas a partir de listagem do Ministério da Educação e dos governos estaduais e municipais. Não foram consideradas universidades interioranas as extensões ou campus das universidades que possuem sede nas capitais. Esta pesquisa resultou em um conjunto de 45 universidades, conforme detalha a Tabela 1:

Tabela 1 – Universidades públicas nas cidades do interior do Brasil

Estado	Univ. Federal	Univ.Estadual	Univ.Regional
Região Norte			
Acre	0	0	0
Amapá	0	0	0
Amazonas	0	0	0
Pará	UFOPA (Santarém)	0	0
Rondônia	0	0	0
Roraima	0	0	0
Região Nordeste			

Alagoas	0	0	0
Bahia	UFRB (Cruz das Almas)	UESC (Ilhéus) UESB (Vitória da Conquista) UEFS (Feira de Santana)	0
Ceará	UNILAB (Redenção)	URCA (Crato) UVA (Sobral)	0
Maranhão	0	0	0
Paraíba	UFCG (Campina Grande)	0	0
Pernambuco	UNIVASF (Petrolina)	0	0
Piauí	0	0	0
Rio Grande do Norte	UFERSA (Mossoró)	UERN (Mossoró)	0
Sergipe	0	0	0
Centro-Oeste			
Distrito Federal	0	0	0
Goiás	0	UEG (Anápolis)	0
Mato Grosso	0	0	0
Mato Grosso do Sul	UFGD (Dourados)	0	0
Região Sudeste			
Espírito Santo	0	0	0
Minas Gerais	UFJF (Juiz de Fora) UFLA (Lavras) UFOP (Ouro Preto) UFSJ (São João Del Rey) UFTM (Uberaba) UFU (Uberlândia) UFV (Viçosa) UFVJM (Diamantina) UNIFAL (Alfenas) UNIFEI (Itajubá)	Unimontes (Montes Claros)	0
Rio de Janeiro	UFF (Niterói) UFRRJ (Seropédica)	UENF (Campos dos Goytacazes)	0
São Paulo	UFSCAR (São Carlos) UFABC (Santo André)	Unicamp (Campinas)	Unitau (Taubaté)
Região Sul			
Paraná	UNILA (Foz do Iguaçu)	UEL (Londrina) UEM (Maringá) UENP (Jacarezinho) UEPG (Ponta Grossa) Unicentro (Guarapuava) Unioeste (Cascavel)	0
Rio Grande do Sul	FURG (Rio Grande) UFPEL (Pelotas) UFSM (Santa Maria) Unipampa (Bagé)	0	0
Santa Catarina	UFFS (Chapecó)	0	FURB (Blumenau)
Total	27	16	2
Total Geral = 45			

Fonte: autora.



A partir deste quadro, foi realizada pesquisa bibliográfica, além de contatos telefônicos e por e-mail, verificando a existência de núcleos audiovisuais ligados as universidades. Foi confirmada, na análise ampliada (porque não dirigida à definição específica de emissora universitária) a constituição de 12 núcleos ligados às universidades federais, outros oito entre as instituições estaduais e dois em universidades regionais. No total, portanto, entre as 45 universidades sediadas em municípios fora das capitais brasileiras, são encontrados 22 núcleos, ainda não denominados televisões universitárias público-estatais, por não corresponderem aos critérios para a conceituação. Estes 22 núcleos estão relacionados na Tabela 2:

Tabela 2 – Núcleos audiovisuais ligados às universidades públicas fora das capitais

TV	Cidade/ Estado	Universidade	Associação
TV UFOPA	Santarém (PA)	UFOPA	-desvinculada -
UniTv	Anápolis (GO)	UEG	- desvinculada -
UFRB WebTV	Cruz das Almas (BA)	UFRB	-desvinculada-
TV UESB	Vitória da Conquista (BA)	UESB	ABTU
TV Olhos D'água	Feira de Santana (BA)	UEFS	ABTU
TV Caatinga – Univasf	Petrolina (PE)	UNIVASF	-desvinculada-
TV Universitária UFTM	Uberaba (MG)	UFTM	-desvinculada-
UFOP TV	Ouro Preto (MG)	UFOP	ABTU
TV UNIFEI	Itajubá (MG)	UNIFEI	- desvinculada -
IPTV	Juiz de Fora (MG)	UFJF	ABTU
TV UFU	Uberlândia (MG)	UFBE	- desvinculada -
TVU UFLA	Lavras (MG)	UFLA	- desvinculada -
TV UFV	Viçosa (MG)	UFV	ABTU
Unitevê	Niterói (RJ)	UFF	- desvinculada -
Unicamp TV	Campinas (SP)	Unicamp	ABTU
TV Unitau	Taubaté (SP)	Unitau	-desvinculada-
TV UEL	Londrina (PR)	UEL	- desvinculada -
TV UEM	Maringá (PR)	UEM	- desvinculada -
TV Unicentro	Guarapuava (PR)	Unicentro	- desvinculada -
TV FURB	Blumenau (SC)	FURB	ABTU
TV Campus	Santa Maria (RS)	UFSM	- desvinculada -
FURG TV	Rio Grande (RS)	FURG	ABTU
Total	22		

Fonte: autora



Predominantemente, os canais nas cidades interioranas são transmitidos através do sistema por assinatura (12 no total), entre estes apenas quatro operando em transmissão simultânea pela televisão aberta, por sinal VHF. A exceção entre os modelos estruturais são as TVs com transmissão exclusiva pelo sinal aberto, em canal educativo: apenas duas, fortalecidas em seu perfil de exceção por não possuírem canal via internet. Outro grupo numeroso inclui os núcleos estruturados em formato *web-TV* (6 casos), exclusivamente através da internet, com dois modelos: postagem de vídeos selecionados e transmissão eventual de eventos ao vivo.

As emissoras que mantêm transmissão linear da programação nos canais da internet estão necessariamente associadas a um canal permanente de televisão em sinal aberto ou por assinatura. Mas, mesmo com a facilidade da perspectiva de inserção e exibição pela internet, e a viabilidade dos canais por assinatura, a dimensão estratégica mantém-se como uma preocupação das TVs de cidades do interior, que buscam garantir um espaço de maior visibilidade no espectro audiovisual pelos canais VHF. A web-tv da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), anunciou a transmissão em sinal aberto, sem ter pleiteado o funcionamento através da TV a cabo.

Dada, entretanto, a predominância do sistema fechado, tais conclusões reforçam a relevância da Lei da TV a Cabo, conforme já foi apontado por estudo da ABTU (ABTU, 2006), para a expansão dos canais universitários no Brasil. É preciso ressaltar, por outro lado, que os núcleos audiovisuais ligados a instituições público-estatais no interior do Brasil apresentam uma série de contradições em seus modelos estruturais e de transmissão, mantendo alguns apenas a concessão para atuação como repetidoras de programação das televisões educativas estaduais, e outros ainda mantendo os canais na internet apenas para postagem de vídeos selecionados.

Um dos modelos inéditos é o da Unicamp TV, a única que mantém uma grade de programação exclusiva circulando em circuito interno através de monitores instalados em pontos estratégicos do campus. Entre as demais emissoras, a situação mais comum é que, mesmo nos casos de instituições onde há um canal com forte produção e relevância regional, os pontos internos das universidades onde estão instaladas televisões reproduzam as programações de canais comerciais, ao invés do canal institucional.



Tabela 3:

**Tabela 3 – Sistemas de transmissão nos núcleos audiovisuais
de universidades públicas fora das capitais**

TV	Ano	Canal	Sistema de transmissão	Características adicionais
TV UFOPA	2011	Youtube	Internet www.youtube.com/user/comunicaufopa	Postagem eventual de vídeos na internet
UniTV (UEG)	2010	10 (Net)	TV a cabo	Integra o canal universitário de Anápolis com matérias eventuais
TV UFU	1988	4 (VHF) 14 (Net) Sítio UFU	Sinal aberto TV a cabo Internet www.rtu.ufu.br/v1/	Opera em rede com a Rede Minas e transmite vídeos selecionados na internet;
TV Viçosa	1992	13 (VHF) Portal UFV	TV aberta Internet www.rtv.ufv.br/	Canal educativo, operava em rede com TVE (Rede Minas), ao vivo na internet;
TV Olhos D'água	1997	Portal UEFS	Internet http://tvolhosdagua.uefs.br/	Exibe vídeos selecionados na internet, e na TV Brasil
TV Universitária UFTM	1997	5 (VHF)	Sinal aberto	Compartilha canal educativo com Câmara e Prefeitura, retransmite Rede Minas
TVU UFPA	1999	13 (Aberto) 15 (UHF) 13 (Master Cabo)	Sinal aberto TV a cabo www.tvu.ufpa.br	Opera em rede com a Rede Minas e transmite vídeos selecionados na internet;
UFRB WebTV	2010	Institucional	Internet tvprofissional.com/ufpb/	Postagem de vídeos selecionados na internet.
TV UESB	2010	4 (VHF)	Sinal aberto	Concessão de canal educativo, opera em rede com TV Brasil
TV Caatinga	2010	Institucional	Internet www.rtvcaatinga.univasf.edu.br	Transmissões eventual de eventos ao vivo
TV UNIFEI	N/E	20 (Net)	TV a cabo	Retransmissora da TVE;
IPTV UFJF	N/E	Portal UFJF	Internet http://www.ufjf.br/iptv/	Transmite somente pela internet, canais de vídeos selecionados por temática;
Unitevê	2000	17 (Net) Portal UFF	TV a cabo Internet http://www.uff.br/uniteve/	Gerencia o canal universitário de Niterói e retransmite na internet a programação ao vivo.
TV Unicamp	2000	10 (Net) Portal Unicamp	TV a cabo Internet - www.rtv.unicamp.br Circuito fechado	Programas eventuais para canal compartilhado, exibe em circuito interno.
TV Unitaú	2010	Youtube	Internet www.youtube.com.br/TVUNITAU	Vídeos selecionados, aguarda concessão
FURB TV	1994	13 (VHF) 22 (UHF) 10 (Net) 11 (BTV)	Sinal aberto TV a cabo www.furbtv.furb.br	Transmite em rede com TV Brasil e TV Futura, vídeos selecionados na internet.



TV UEL	2008	40 (UHF) 115 (Sky) 40 (FlexTV) 120 (Multicidades)	Sinal aberto TV a cabo Internet www.tvuel.com.br	Transmite matérias experimentais em rede com a TVE e vídeos selecionados
TV UEM	2010	02 (Net) Portal UEM	TV a cabo www.tv.uem.br	Programa experimental na TV a cabo, vídeos selecionados na internet.
TV Unicentro	N/E	16 (Difusora) 15 (TV Cidade)	TV a cabo	Exibe programas em emissoras locais TV a cabo.
TV Campus UFSM	1996	15 (Net) Portal UFSM	TV a cabo Internet www.ufsm.br/tvcampus	Gerencia o canal universitário de Santa Maria, junto à TV Unifra, e mantém webtv ao vivo.
FURG TV	1998	15 (Net) 08 (Viacabo) Portal FURG	TV a cabo Internet www.furgtv.furg.br/	Opera o Canal Universitário de Rio Grande, e possui exibição ao vivo pela internet.

Fonte: autora. Por ordem de localização regional, do Norte ao Sul do Brasil. – N/E = Não encontrado

A tabela anterior detalha a conclusão de que, de um total de 45 universidades federais, estaduais e regionais localizadas em cidades do interior, foram verificadas 22 instituições públicas de ensino superior operando canais de televisão em alguma das três plataformas disponíveis (TV aberta, TV a cabo e *webTV* pela internet).

Um dado comparativo obtido em pesquisa preliminar (PREVEDELLO, 2012) permitiu concluir que, nas capitais brasileiras, são 24 núcleos audiovisuais público-estatais (Tabela 4)³, o que identifica um aproveitamento superior no grupo das capitais, em que as TVs estão presentes em 61,5% das instituições:

Tabela 4 – Televisões universitárias público-estatais nas capitais brasileiras

TV	Cidade/ Estado	Universidade	Associação
UFRGS TV	Porto Alegre (RS)	UFRGS	- desvinculada -
TV UFSC	Florianópolis (SC)	UFSC	ABTU
TV UDESC	Florianópolis (SC)	UDESC	- desvinculada -
UFPR TV	Curitiba (PR)	UFPR	- desvinculada -
TV UniRIO	Rio de Janeiro (RJ)	UniRIO	- desvinculada -
TV UERJ	Rio de Janeiro (RJ)	UERJ	- desvinculada -
TV UFRJ	Rio de Janeiro (RJ)	UFRJ	- desvinculada -
TV USP	São Paulo (SP)	USP	ABTU
TV UNIFESP	São Paulo (SP)	Unifesp	- desvinculada -
TV UEMG	Belo Horizonte (MG)	UEMG	- desvinculada -
UNB TV	Brasília (DF)	UNB	- desvinculada -

³ Foram identificadas 39 universidades federais e estaduais sediadas nas capitais brasileiras, de acordo com os sites do Ministério da Educação e dos governos estaduais.



TVU	Campo Grande (MS)	UFMS	- desvinculada -
TVU	Cuiabá (MT)	UFMT	- desvinculada -
UFC TV	Fortaleza (CE)	UFC	- desvinculada -
TV UECE	Fortaleza (CE)	UEC	- desvinculada
TVU	Recife (PE)	UFPE	Abepec
TV UFBA (inativa)	Salvador (BA)	UFBA	- desvinculada -
TV UEBA	Salvador (BA)	UEBA	- desvinculada -
TV UFPB	João Pessoa (PB)	UFPB	ABTU
TVU	Natal (RN)	UFRN	- desvinculada -
TV UFAM	Manaus (AM)	UFAM	ABTU
TV UFG	Goiânia (GO)	UFG	- desvinculada -
TV UFES	Vitória (ES)	UFES	- desvinculada -
TV UFS	Aracaju (SE)	UFS	- desvinculada -
Total		24	

Fonte: autora

Devido às particularidades de estruturação e operação, muitas contradições marcam as atividades dos núcleos produtores de audiovisual situados nas universidades públicas. Neste levantamento, foram observadas discrepâncias no volume de produção, que não seria suficiente para caracterizar a consideração desse tipo de atividade como uma TV universitária. Enquadram-se nessa situação as TVs pertencentes à categoria de produtoras periféricas, ou de web-TV compiladora de vídeos selecionados, e ainda as que estão estruturadas somente por transmissão pela internet, por já surgirem em contexto de convergência digital.

Considerações conclusivas

Ainda que estejam limitadas pela necessidade de divulgação institucional a que estão condicionadas, as TVs universitárias público-estatais constituem no Brasil um dos pólos produtores de pluralidade audiovisual, principalmente naquelas situadas em cidades do interior, pela verificação de comprometimento com o conteúdo local, e também nas capitais, pela linha editorial com maior flexibilidade e margem para formatos e enquadramentos não hegemônicos. Em relação à capacidade de desenvolver uma produção consistente de conteúdo regionalizado, é preciso reconhecer que as TVs universitárias público-estatais ainda permanecem à margem do significativo nicho que



representam como alternativa de pluralidade audiovisual no País, apesar de possuírem de fato o vínculo com a programação de conteúdo local.

A transição tecnológica tem apresentado alternativas, com várias dessas emissoras constituindo canais de transmissão ao vivo pela internet, ou sítios para postagens permanentes de conteúdo audiovisual. Ao mesmo tempo, movimentos políticos têm garantido negociações para a migração para canais educativos em televisão aberta analógica, o que indica a pretensão de instituir-se como alternativa à programação hegemônica. Nas características de interatividade, há iniciativas que indicam atuação nesse campo entre as emissoras universitárias, especialmente com relação à estruturação de portais na internet e do relacionamento com o telespectador através das redes sociais.

Há uma série de restrições que ainda dificultam a consolidação dos canais universitários público-estatais como emissoras de televisão, e isso passa essencialmente falta de uma política estratégica para a área de Comunicação nas instituições, somada à não identificação conjunta – institucional e comunitária – desses núcleos como potenciais produtores de conteúdo relevante. Esses fatores somados podem ser relacionados à definição do padrão tecno-estético das TVs universitárias público-estatais no Brasil, por estabelecerem um conjunto de técnicas, estratégias e determinações estruturais, que definem “normas de produção cultural historicamente determinadas” (BOLAÑO, 2000, p.234). Tem-se, a partir disso, para esse grupo de emissoras universitárias, um padrão demarcado pela identificação com a temática de conteúdo local – restrita à baixa consistência de produção –, aproximação da interatividade e do experimentalismo como proposta estética, mas também condicionado a um perfil técnico em processo de adaptação gradativa, junto a um contexto político de defasagem acentuada.

São, portanto, emissoras limitadas por condições técnicas e políticas insuficientes, mas potencialmente estratégicas pela ênfase ao conteúdo de valor regionalizado e esteticamente não alinhado ao padrão e ao interesse comercial hegemônico. Entretanto, as pressões evidentemente exercidas pelas barreiras político-institucional e estético-produtiva permanecem como condicionantes a impedir avanços significativos em espaços e condições para se situarem como alternativa audiovisual.



Trata-se, portanto, tanto a regulamentação existente e a ser definida, quanto o padrão tecno-estético como fatores determinantes para a manutenção de um quadro contextual em que não há segurança para se projetar alterações de fundo.

A discussão que envolve o campo público de emissoras de televisão no Brasil necessita também de um aprofundamento teórico sobre os conceitos de interesse público e televisão pública, ainda reféns de uma discussão que concentra suas forças em referenciais externos à área de Comunicação, no modelo consagrado da BBC de Londres e no padrão tecno-estético consolidado pela televisão comercial no imaginário brasileiro.

O lugar das televisões universitárias público-estatais, assim como as TVs comunitárias, educativas, ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a própria TV Brasil, não está em consonância com o modelo mercadológico de televisão, desde seu financiamento, objetivos, modo de produção e características de programação. A audiência não deve ser um parâmetro, assim como os formatos e conteúdos podem e devem buscar a pluralidade. As transformações recentes no cenário audiovisual, impactadas no Brasil pela tv por assinatura, já evidenciaram a diversidade de opções à disposição do telespectador, a amplificação das possibilidades de exploração e acesso aos produtos midiáticos e audiovisuais, denunciando uma nova etapa do desenvolvimento das relações entre as indústrias e consumidores de Comunicação, onde a permanência dos padrões hegemônicos é a cada momento mais fluida e instável.

Referências bibliográficas

Associação Brasileira de Televisão Universitária. ABTU. **I Fórum Nacional de TVs Públicas – Diagnóstico Setorial ABTU**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/livro_TV/9ab4a580-9a73-4e1f-b2d9-eade6995a0b7] Acesso em 03 mar. 2010.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BOLAÑO, César. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Comunicações no Brasil**. 2ª. Ed. Aracaju: Editora UFS, 2003. p.32

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo; Paulus, 2007.



BRASIL. Lei no. 8977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 jan. 1995. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8977.htm>] Acesso em: 10 jan. 2010.

FNDC. **Bases de um programa para a democratização da Comunicação no Brasil**. Salvador: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, 1994. Disponível em: [http://www.fndc.org.br/internas.php?p=docinst&categ_key=25] Acesso em 26 out.2012.

PREVEDELLO, Carine Felkl. **Televisões universitárias público-estatais: um breve eco da pluralidade rumo à digitalização no interior do Brasil**. 2012. 233 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

UNESCO. **Um mundo, muitas vozes** (Relatório MCBride). Rio de Janeiro: FGV, 1983.

